

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 102 , DE 2008

Sugere Projeto de Lei que altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para permitir que o Juizado Especial julgue causas relativas a usucapião especial, direito de família, inventários de bens de pequeno valor e ação de adjudicação de imóvel.

Autor: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul

Relator: Deputado Dr. Talmir

I - RELATÓRIO

Através da presente Sugestão, o Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul pretende ver transformada em Projeto de Lei a competência do Juizado Especial para que julgue causas relativas a usucapião especial, direito de família, inventários de bens de pequeno valor e ação de adjudicação de imóvel.

Em sua justificação, afirma, dentre outros argumentos, que:

*“A **usucapião** sobre bens imóveis e usucapião sobre bens móveis são previstas em lei, mas de difícil utilização em razão da burocracia processual do Juízo Comum....*

Existem muitas ações sem citação, como o mandado de segurança, a ação de retificação de imóveis e outras... não há necessidade de citação, pois existe um direito, mas não existe um réu...

*Que o JESP julgue **causas de direito de família**, pois em geral não são juridicamente complexas...Ademais, ações como as de investigações de paternidade tornaram-se simples com o advento do exame de DNA...*



81D29DAD49

se é possível fazer divórcios até nos Cartórios, não faz sentido vedar isso aos Juizados Especiais...

A possibilidade de se propor ação de adjudicação de imóvel também é de relevante interesse social, pois será um meio de resolver questões envolvendo os contratos de gaveta muito comuns em imóveis populares.

O julgamento de causas de jurisdição voluntária pelo JESP não traria empecilho algum, pois são de menor complexidade jurídica...

Por fim, ...inventários negativos, abreviados (Lei 6.858/80) ou com bens até no valor de sessenta salários mínimos serem julgados no JESP, pois são questões pequenas e sem complexidade, que envolvem normalmente a população mais carente e acaba ficando excluída com base em um discurso de 'segurança', que mais atende às reservas de mercado do que ao cidadão...

A esta Comissão de Legislação Participativa compete analisar o mérito da proposta.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Devido à celeridade com que são processadas e julgadas as controvérsias submetidas ao Juizado Especial, natural é que haja interesse de alguns do povo brasileiro em tentar propor tal solução para os casos de usucapião especial, direito de família, inventários de bens de pequeno valor e ação de adjudicação de imóvel, como proposto.

Entretanto, a Sugestão não nos parece em conformidade com os mandamentos de natureza constitucional, no concernente à competência dos juizados especiais. Há, portanto, afronta ao art. 98 de nossa Magna Carta.

Efetivamente, estabelece este dispositivo:

“Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios,



e os Estados criarão:

*I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a **conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade** e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumariíssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau;*

Em atendimento a este dispositivo constitucional é que vieram a lume as Leis 9.099, de 26 de setembro de 1995, Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e a Lei 10.259/01, que instituiu o JEC no âmbito da Justiça Federal.

Ações de alimentos, de separação ou de divórcio, embora consensuais, usucapião, adjudicação de bens e outras mais não podem ser tidas como de menor complexidade. Por isso que a atual Lei 9.099/95 excluiu-as expressamente do âmbito de competência do Juizado Especial Cível, mormente quando levarmos em consideração que o **Ministério Público deve intervir em todas as causas de estado e capacidade das pessoas:**

*Art. 3º. O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento **das causas cíveis de menor complexidade**, assim consideradas:*

*I -- as causas cujo valor não exceda a **quarenta vezes o salário mínimo**;*

II -- as enumeradas no artigo 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III -- a ação de despejo para uso próprio;

*IV -- as **ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo***

*§ 1º. Compete ao Juizado Especial **promover a execução:***

I -- dos seus julgados;

II -- dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do artigo 8º desta Lei.



*§ 2º. Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de **natureza alimentar**, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e **ao estado e capacidade das pessoas**, ainda que de cunho patrimonial.*

§ 3º. A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.”

Percebe-se que o **principal critério** orientador da competência dos JECs **não é o limite valorativo imposto pelo inciso I, mas antes e principalmente a MENOR COMPLEXIDADE**, segundo consta a **determinação constitucional constante do art. 98, I da CF/88** e que foi reproduzida expressamente pela Lei 9.099/95.

Assim, estabelecido o critério, entendeu por bem o legislador declinar quais seriam as causas que estariam abrangidas pelo referido conceito, arrolando-as nos incisos de I a IV que compõem o artigo 3º.

Sendo secundário o critério valorativo, somente poderá ser imposto para as causas onde foi expressamente previsto, como as abrangidas pelo inciso I e IV do aludido artigo 3º., não podendo servir de parâmetro geral de competência.

De fato, quando quis, o legislador estabeleceu a competência utilizando **como padrão exclusivo o valor de alçada** como se pode perfeitamente verificar do constante do artigo 3º. da **Lei 10.259/01**, que instituiu o **JEC no âmbito da Justiça Federal**:

“Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.”



No âmbito dos Juizados Especiais Cíveis estaduais o que deve preponderar, para fins de delimitação da competência, é, segundo mandamento constitucional, a menor complexidade que, segundo a experiência forense rapidamente demonstra, não se vincula necessariamente ao valor da causa.

Com efeito, mostra-se corriqueira a ocorrência de causas que ostentam complexidade incompatível com o sistema procedimental dos JECs, por demandarem prova pericial especializada, como por exemplo, exame grafotécnico, muito embora apresentem valor abaixo do estipulado pelo inciso I referido, sendo que a situação inversa também sucede freqüentemente, com o aforamento de causas cuja matéria debatida não exhibe complexidade, apesar de deter valor da causa acima do estabelecido pelo critério valorativo.

O critério expressamente adotado pelo legislador constituinte para a competência dos Juizados Especiais Cíveis foi o da menor complexidade e não o valorativo, *o qual se apresenta meramente secundário*.

Ações de direito de família e inventários negativos, e no que couber as ações de usucapião, em que pese às boas intenções, não vemos como tais ações de **rito especial** possam ser dirimidas no Juizado Especial, mormente quando, já o dissemos acima, **o Ministério Público deva intervir em todas as causas de estado e capacidade das pessoas**.

Trata-se de ações que envolvem a ordem pública, por isso que há ressalvas expressas na Lei 9.099/95 (art. 3º, § 3º § 2º *Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial*).

“Embora não seja pacífica a questão, hodiernamente já vem entendendo a maioria doutrinária e jurisprudencial que o Juizado Especial é incompetente para que nele se processem ações onde exista procedimento especial previsto, sendo certo que, ao ser redigido o capítulo II da LJE, tomou o legislador a cautela de fazer inserir



expressamente tal questão.

*É que, tendo a Lei 9.099/95 instituído, a seu turno, rito especialíssimo, **ocorre incompatibilidade para o processamento das ações com rito especial junto ao Juizado**, eis que, necessariamente, as ações que nele tramitam devem seguir o procedimento pela Lei Específica determinado.*

O rito, ou procedimento, é matéria de ordem pública, não renunciável ou modificável, pelo que se torna intransponível a dificuldade de se conciliar os processamentos.

*A prática, ademais, demonstra a impropriedade de tramitarem junto ao Juizado Especial **feitos com rito especial, já que o risco de tumulto processual sempre presente vai de encontro ao fim precípua do Juizado**, que é a solução célere dos conflitos, **não se podendo conciliar celeridade com tumulto processual.***

Eis o porquê de serem insuscetíveis de conhecimento pelo Juizado Especial, ainda que tenha a causa valor inferior a 40 salários mínimos, todas as ações com rito especial previstas no Código de Processo Civil ou na legislação extravagante.

Mencione-se, finalmente, que tal é o entendimento que vem sendo seguido pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. (in Juizado Especial Cível, estudo doutrinário e interpretativo da Lei 9.099/95 e seus reflexos processuais práticos, por Natácha Nascimento Gomes Tostes e Márcia Cunha Silva Araújo de Carvalho; Ed. Renovar)

Mais especificamente com relação a ação de usucapião de terras, pode-se afirmar que a só intimação das Fazendas Públicas para este tipo de ação, já a torna de natureza complexa, pois haverá casos em que a propriedade poderá ser questionada: se particular ou pública, como acontece atualmente no Distrito Federal.

Por isso é que estabelece a Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil:

“DA AÇÃO DE USUCAPIÃO DE TERRAS PARTICULARES



81D29DAD49

Art. 941. Compete a ação de usucapião ao possuidor para que se lhe declare, nos termos da lei, o domínio do imóvel ou a servidão predial.

Art. 942. O autor, expondo na petição inicial o fundamento do pedido e juntando planta do imóvel, requererá a citação daquele em cujo nome estiver registrado o imóvel usucapiendo, bem como dos confinantes e, por edital, dos réus em lugar incerto e dos eventuais interessados, observado quanto ao prazo o disposto no inciso IV do art. 232. [\(Redação dada pela Lei nº 8.951, de 13.12.1994\)](#)

Art. 943. Serão intimados por via postal, para que manifestem interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. [\(Redação dada pela Lei nº 8.951, de 13.12.1994\)](#)

Art. 944. Intervirá obrigatoriamente em todos os atos do processo o Ministério Público.

Art. 945. A sentença, que julgar procedente a ação, será transcrita, mediante mandado, no registro de imóveis, satisfeitas as obrigações fiscais.”

No que diz respeito à adjudicação, parece-nos incorrer em equívoco o ilustre proponente. Ora, o que é adjudicação? Adjudicação é a transferência da propriedade dos bens do devedor, dados como garantia total ou parcial de pagamento dos créditos devidos, para o credor-exeqüente.

Neste sentido, a proposta apresenta-se-nos equivocada.

Os procedimentos de jurisdição voluntária, inserto no item X do art. 1º da Sugestão, envolvem complexidades que os Juizados Especiais não poderão analisar, basta que se leve em consideração a homologação de determinados tipos de contrato, de transações, por isso é que o Código de Processo Civil (artigos 1.104 a 1.112) estabeleceu procedimentos especiais:

“Art. 1.103. Quando este Código não estabelecer procedimento especial, regem a jurisdição voluntária as disposições constantes deste Capítulo.

Art. 1.104. O procedimento terá início por provocação do interessado ou do Ministério Público, cabendo-lhes



formular o pedido em requerimento dirigido ao juiz, devidamente instruído com os documentos necessários e com a indicação da providência judicial.

Art. 1.105. Serão citados, sob pena de nulidade, todos os interessados, bem como o Ministério Público.

Art. 1.106. O prazo para responder é de 10 (dez) dias.

Art. 1.107. Os interessados podem produzir as provas destinadas a demonstrar as suas alegações; mas ao juiz é lícito investigar livremente os fatos e ordenar de ofício a realização de quaisquer provas.

Art. 1.108. A Fazenda Pública será sempre ouvida nos casos em que tiver interesse.

Art. 1.109. O juiz decidirá o pedido no prazo de 10 (dez) dias; não é, porém, obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que reputar mais conveniente ou oportuna.

Art. 1.110. Da sentença caberá apelação.

Art. 1.111. A sentença poderá ser modificada, sem prejuízo dos efeitos já produzidos, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.

Art. 1.112. Processar-se-á na forma estabelecida neste Capítulo o pedido de:

I - emancipação;

II - sub-rogação;

III - alienação, arrendamento ou oneração de bens dotais, de menores, de órfãos e de interditos;

IV - alienação, locação e administração da coisa comum;

V - alienação de quinhão em coisa comum;

VI - extinção de usufruto e de fideicomisso.”

Ora, se há necessidade de produção de provas, de ouvida do Ministério Público, da Fazenda Pública, e o juiz decide o pedido do qual cabe até mesmo o recurso de apelação, não se há de falar que tais causas são de menor complexidade e suscetíveis de apreciação pelo Juizado Especial.

Deste modo, não vemos como estender a competência do



Juizado Especial Cível, para as ações de que trata a presente Sugestão.

Nosso voto é, portanto, pela rejeição da Sugestão de nº 102, de 2008.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado DR. TALMIR
Relator

ArquivoTempV.doc

